ACESSO DE DOCUMENTÁRIOS CINEMATOGRÁFICOS POR PESSOAS COM SURDEZ: UM ESTUDO DE CASO COMPARATIVO

BRASÍLIA - DF/DF JUNHO/2021

ELIAS DO NASCIMENTO MELO FILHO **- UNB - strongedicoes@gmail.com**
BEATRIZ CAMPOS CRUZ **- IESB - beatriz.campos@iesb.edu.br**

Tipo: Investigação Científica (IC)

Natureza: Descrição de Projeto em Andamento

Categoria: Métodos e Tecnologias

Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

ESTE PROJETO APRESENTA UMA BREVE DESCRIÇÃO DAS PESQUISA QUE ESTÁ SENDO REALIZADA COM ESTUDANTES COM SURDEZ DE UM CURSO DE CINEMA E SUAS DIFICULDADES EM RELAÇÃO AO ACESSO DE DOCUMENTÁRIOS. COMO METODOLOGIA SERÁ REALIZADO UM ESTUDO COMPARATIVO COM PESSOAS COM SURDEZ COMO PRIMEIRA LÍNGUA PORTUGUÊS BRASILEIRO E PESSOAS COM SURDEZ COMO PRIMEIRA LÍNGUA LIBRAS.

Palavras-chave: SURDEZ; ENSINO REMOTO; AUDIOVISUAL; CINEMA.

INTRODUÇÃO/TEMA/PROBLEMA DE PESQUISA

Este novo olhar sobre a deficiência, apresentado a partir do início do Século XXI, fundamenta uma série de desdobramentos e novos conceitos, como por exemplo, o de Desenho Universal que, segundo a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, prevê a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços para todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação. O conceito de Desenho Universal deve ser um princípio estruturante para a formulação de políticas que tenham como princípio a democratização do acesso à cultura. No caso do audiovisual, a acessibilidade deve ser incorporada desde o desenho do projeto e estar presente em todas as fases da produção e distribuição. Portanto, não é mais admissível tratar a acessibilidade como acessório, complemento ou adaptação a posteriori.

Entre as definições apresentadas na Convenção, que dialogam com a produção audiovisual acessível, destacamos ainda o de Comunicação e de Língua. Comunicação abrange as línguas, a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. Língua abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada.

A relação dos surdos com os meios audiovisuais de comunicação, mais especificamente, a televisão e o cinema, pode ser pensada, por muitos, como algo simples e não merecedor de maiores estudos. Contudo, ao se aprender um pouco mais sobre esses indivíduos, é possível perceber que há muitas questões, que são deixadas de lado e que precisam de fato ser analisadas, para que os surdos possam ser cada vez mais integrados na sociedade. A interação deles com os meios de comunicação, cada vez mais pautados nos sentidos da visão e da audição – é um desses pontos que merecem atenção.

Estudos divulgados pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa, e endossados pela Ancine – Agência Nacional do Cinema Brasileiro, constataram a ausência de diretoras negras nas últimas décadas do cinema nacional (longas-metragens lançados em salas comerciais), apesar dessa categoria ser o equivalente a 25% da população. 25% também é a parcela de pessoas com alguma deficiência no Brasil, que, apesar de generalista, não deixa de indicar que um em cada quatro brasileiros enfrenta barreiras atitudinais, falta de acesso, falta de representatividade, exclusão e discriminação/capacitismo. Podemos lembrar da série “3%”, na qual uma das personagens principais era cadeirante (o ator não sendo), ou lembrar de Fernanda Honorato, a primeira repórter Down. Sobre a população surda, que também reflete outro modelo de sensibilidade e percepção, mas com a adição do quesito cultural, são poucos os exemplos positivos: notícias como a da atriz global ouvinte que se preparava para representar uma surda na novela são duramente criticadas pela comunidade surda.

Na atualidade, os surdos demandam educação inclusiva e bilíngue, profissionalização e inserção no mercado de trabalho. As pessoas com surdez não são maioria no país, nem perto disso, e nem se está obrigando a que as pessoas falem Libras, mas o marco legal fala sobre

inclusão, direito à diferença e à plena convivência. Portanto, essa é uma discussão que iremos abordar grandemente no desenvolvimento desta pesquisa.

Os movimentos sociais, já adentrando o campo acadêmico, têm procurado se firmar e afirmar a importância de os processos criativos serem protagonizados por pessoas de fora daquele padrão branco e masculino de normalidade e perfeição. E é aí onde está a responsabilidade do ensino formal em nivelar essas desigualdades no mercado, formando profissionais com deficiência em diversas áreas, irrestritamente e com a devida acessibilidade, e, no nosso caso, cineastas com deficiência, cineastas surdos/as, bem como cineastas sem deficiência conscientes e respeitosos da luta das Pessoas com Deficiência, superando barreiras atitudinais, incluindo acessibilidade no orçamento, tendo um intérprete de Libras previsto nas diárias.

JUSTIFICATIVA

Primeiramente, informo próprio relato da estudante que estará à frente deste projeto, que é pessoa com surdez, tendo a primeira Língua como o Português Brasileiro[1]. Desde o Ensino Fundamental, a Estudante deste projeto tem dificuldades em entender filmes exibidos na sala de aula, mesmo usando aparelhos auditivos nos dois ouvidos uma vez que nenhum deles era legendado. Ainda, de acordo com seu relato, a Estudante, em toda sua vida estudantil, sempre achou que fosse uma estudante intelectualmente menos capaz que meus colegas de turma. Mesmo focando toda minha atenção nos filmes, nunca conseguia entender o que estava sendo dito. Há filmes que eu gostaria de assistir, mas nunca consegui porque não são acessíveis a pessoas surdas.

Fui foi diagnosticada com perda auditiva neurossensorial bilateral moderada aos 14 anos. O médico me disse que a perda de audição era irreversível e na época eu achei que isso era um grande desastre na minha vida. Comecei a usar aparelhos auditivos e me adaptar a sons os quais eu nem me lembrava mais que existiam, mas só com 17 anos, fui me entendendo melhor como pessoa com deficiência. O processo de me afirmar como pessoa com deficiência auditiva não foi simples. Eu não tinha estudado sobre meu próprio mundo e sentia que estava me vitimizando sempre que falava no assunto. Mas conhecendo surdos que sofriam as mesmas dificuldades que as minhas, isso mudou. Hoje eu percebo as falhas da sociedade em relação à acessibilidade e entendo que não é culpa minha. Ainda assim, acredito que seja meu papel, como surda, lutar para que pessoas ouvintes compreendam as nossas dificuldades enquanto surdos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), divulgados em 2020, mais de 10 milhões de pessoas têm alguma deficiência auditiva. Ou seja, mais de 10 milhões de pessoas sofrem algum tipo de privação em relação aos conteúdos audiovisuais.

Devemos lembrar que a deficiência auditiva varia muito e é individual. Eu sou surda ensurdecida bilateral nos dois ouvidos, moderada e uso aparelhos auditivos. No meu caso, consigo assistir filmes legendados, dando preferência às legendas descritivas. Mas uma pessoa surda bilateral profunda que não utiliza aparelho auditivo ou implante coclear, e tem como primeira língua a Língua Brasileira de Sinais - Libras, provavelmente não vai conseguir assistir um filme apenas com o recurso de legendas. Meu aprendizado depende muito dos recursos visuais, maneira como eu e outras pessoas surdas assimilamos informações com mais facilidade. Nós queremos

saber mais sobre o mundo em que vivemos, assim como as pessoas ouvintes. O documentário é um gênero que, além de ser informativo, é uma poderosa ferramenta educacional. Eu gosto muito de assistir documentários porque sinto que eles expandem minha visão sobre realidades diferentes da minha. Mas infelizmente não conheço muitos documentários nacionais, porque eles não têm recursos de acessibilidade.

Nessa pesquisa quero realizar uma investigação sobre o acesso a longas-metragens do gênero documentário brasileiros por pessoas surdas. Como dito anteriormente, pessoas surdas cuja primeira língua é LIBRAS têm uma relação diferente com conteúdos audiovisuais em comparação a pessoas surdas que possuem o Português como primeira língua. Pensando nisso, e na importância de documentários como base de formação de opiniões críticas, é pertinente saber como essas parcelas da população têm acesso a esses filmes.

O documentário tem um potencial enorme de mobilização social porque desperta no espectador uma maior compreensão da realidade. Essa percepção proporciona ferramentas para que o público participe ativamente da resolução de problemas sociais e desenvolva o pensamento crítico. A produção de documentários cinematográficos vem crescendo cada vez mais, mas como fica a audiência de pessoas surdas? Por meio de entrevistas com pessoas surdas, quero saber quais delas acessam documentários brasileiros e quais têm mais dificuldades para assisti-los por ausência de acessibilidade. Esse projeto de pesquisa é fundamental para que profissionais da área de audiovisual entendam a importância de produzir filmes acessíveis ao público surdo e para professores que utilizam documentários como ferramenta didática em sala de aula.

OBJETIVOS

A partir dos tópicos abaixo, informamos os objetivos geral e específicos do projeto de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

- Investigar por meio de Entrevista Estruturada, pessoas com deficiência auditiva, como é realizado o acesso a documentários nacionais lançados entre 2010 a 2020.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar quantitativamente a diferença de acesso de pessoas com surdez entre pessoas com Libras como primeira Língua e Português Brasileiro como primeira língua;
- Descrever os documentários nacionais em forma de longa, e como eles desenvolvem a acessibilidade;
- Por meio de Entrevista Estruturada identificar as dificuldades de acesso aos documentários de pessoas com deficiência auditiva.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas últimas décadas, o movimento social de pessoas com deficiência (PCD) vem impulsionando

a legitimação de seus direitos perante a lei e a visibilização de suas reivindicações por acessibilidade arquitetônica e de mobilidade urbana, como também na cultura, esporte, lazer e meios de comunicação. Nos anos 1950, ganharam destaque as denúncias contra barreiras físicas no meio urbano para pessoas em reabilitação, deficientes físicos, pessoas de proporções fora de um ‘padrão’ estabelecido, etc.

Na década seguinte, instituições de ensino superior passariam a adaptar seus edifícios para entrar em conformidade com os requisitos do dito acesso universal. Mais tempo depois, foram surgindo centros e associações com o objetivo de estimular a autonomia e a independência das PCD, em paralelo à declaração da ONU de 1975 sobre os direitos dessa população. Na década de 1980, aparecem mais declarações e programas para reduzir as barreiras que viessem a diferenciar as oportunidades, tendo sido 1981 ao ano internacional das pessoas com deficiência. Com o fim do milênio, outros documentos são feitos com metas e acordos entre países para adotarem o novo paradigma de inclusão, com ares de comprometimento, e novos termos são convencionados na área, sendo hoje a expressão mais usada ‘pessoas com deficiência’, por reivindicação e defesa da própria população, uma vez que ‘deficiente’ os reduz à uma condição específica de maneira totalizante.

De fato, algumas metas foram sendo cumpridas e houve conquistas no âmbito legal. Em 2004, foi estabelecido o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, com o lema "Nada sobre nós sem nós". Dois anos depois, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência seria assinada por mais de 160 países e publicada pela ONU, dando base para o decreto no 6.949 de 25 de agosto de 2009 no Brasil, que em seguida endossaria a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A última redação do ENEM teve como tema a educação de surdos, e a Lei de Cotas de 2012 foi alterada para incluir as PCD no acesso ao ensino superior.

Ao procurar por pessoas que tinham deficiência auditiva e usavam meios tecnológicos para ajudar a escutar, encontrei a **PaulaPfeifer**. Vi que ela usava um implante coclear e era **autora de dois livros**, Crônicas da Surdez e Novas Crônicas da Surdez, epifanias do implante coclear. Enquanto lia os livros, me identifiquei tanto com a história da Paula que terminei de ler em um final de semana. Ela relatou sensações que eu tinha há anos e foi reconfortante saber que outras pessoas passam pelas mesmas dificuldades. Pesquisando mais sobre a autora, vi seu **blog**, **canalno Youtube**, redes sociais e descobri que ela tinha criado um grupo no Facebook com mais de **18 mil surdos que ouvem**. O blog da Paula foi extremamente informativo pra mim, que não sabia nada sobre minha deficiência, assim pude aprender, entre muitas outras coisas, sobre meus direitos de pessoa com deficiência e sobre a diversidade dentro da comunidade surda.

O livro **Alumiar, uma experiência de cinema acessível** escrito por vários autores (Ana Farache, Liliana Tavares, Túlio Rodrigues, Carlos Oliveira, Alessandro Vasconcelos, Rogério Pinto e Pablo Romero-Fresco) fala sobre o Projeto Alumiar de Sessão Acessível. É importante ter como referência propostas sucedidas de cinema acessível no Brasil. A Alumiar produziu acessibilidade de vinte um longa-metragem com interpretação em LIBRAS, legendas descritivas e audiodescrição. No livro citado, os autores detalham como foi esse processo com os

profissionais envolvidos e qual foi a recepção do público com deficiência.

A dissertação de mestrado, da autora **Juliana Valeria de Melo**, **Percepções do Público Surdo Sobre Acessibilidade no Cinema** apresenta informações essenciais. Ela aborda a temática de acessibilidade em filmes brasileiros com um grupo de estudantes surdos do Ensino Médio. A pesquisa abordou pessoas com variados níveis de alfabetização em Português e LIBRAS, sem ter como objetivo separar Estudantes cuja primeira língua é LIBRAS e Estudantes que têm o Português como primeira língua, como iremos abordar nesta pesquisa. Nenhum Estudante surdo dessa pesquisa manifestou preferência pelo gênero documentário e disseram não gostar de filmes nacionais, mesmo que antes da pesquisa não tivessem assistido nenhum longa-metragem brasileiro. Essa dissertação indica que muitas pessoas surdas nunca assistiram documentários brasileiros, e mostra a importância da minha pesquisa.

A dissertação de mestrado do autor **Rafael Emil Korossy Marques**, **A Produção Audiovisual no Contexto da Surdez: Discutindo Parâmetros e Consultoria,** esclarece muito sobre pessoas com deficiências auditivas. A pesquisa do autor mostra que cada pessoa surda tem suas individualidades e preferências no que diz respeito a acessibilidade em produtos audiovisuais, com debates após assistir a um videodocumentário com diferentes recursos. Os grupos focais, discutem suas preferências quanto às formatações de legenda e janela de LIBRAS. Suas opiniões são fundamentais para entendermos a existência da diversidade entre pessoas surdas e de seu consumo no mercado audiovisual.

A monografia, **O vídeo documentário como instrumento de mobilização social**, de **Vanessa Zandonade e Maria Cristina de Jesus Fagundes** evidencia a importância social do gênero documentário no audiovisual. A autora discorre sobre a melhor compreensão dos espectadores pela linguagem desse gênero e sobre a importância do documentário na construção do conhecimento. É imprescindível entender os benefícios que a linguagem documental traz para que saibamos ao que pessoas surdas estão sendo, muitas vezes, privadas por falta de acessibilidade.

Estudos têm sido divulgados e endossados pela ANCINE sobre a ausência de diretoras negras nas últimas décadas do cinema nacional, apesar de mulheres negras serem um quarto da população, coincidentemente a mesma porcentagem de pessoas com deficiência no Brasil. E a corrente intelectual dos estudos culturais (a exemplo de Stuart Hall, entre outros) nos mostram o quanto nosso contemporâneo é regido por um clamor pelas identidades e a demanda por representatividade. Quem pode falar pelo meu lugar de fala sou eu. Mulher negra lésbica ou surdo evangélico recifense. Seja qual for a identidade, a disputa nas narrativas e nos territórios exige que falemos a partir de nós mesmos, cada qual que ocupa determinada posição na sociedade, de acordo com os mais variados recortes. Por isso talvez em projetos como o

Alumiar, acima mencionado, haja reações do tipo: “quero um cinema falado em Libras, não quero uma janelinha pequena no canto da tela”, e aí é onde vemos que não basta um filme ser traduzido culturalmente para uma outra língua, há também a necessidade de expressar-se pela imagem através da própria chave cultural, linguística e de interpretação do mundo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa será realizada de forma exploratória, que no qual, de acordo com Gil (1999), têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Este tipo de pesquisa envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e a análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Será realizado um levantamento bibliográfico e cinematográfico a respeito de documentários nacionais lançados entre os anos de 2010 e 2020, verificando como é desenvolvida as questões de Acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva nessas obras audiovisuais.

Após esse levantamento, será realizado algumas Entrevistas de forma Estruturada com algumas pessoas com deficiência auditiva, em duas categorias: Pessoas que tem a Libras como primeira língua e pessoas que tem o Português Brasileiro como primeira língua. Os questionamentos que serão abordados na Entrevista serão relacionados ao acesso a documentários nacionais que essas pessoas puderam ter acesso e como eles compreenderam essas obras audiovisuais.

A definição da população e da amostra possui a intenção de definir todo o conjunto dos elementos que possuem as características necessárias que serão o objeto de estudo do presente trabalho. De acordo com Mattar (1999), a ideia básica de amostragem está em que a coleta de dados em alguns elementos da população e sua análise podem proporcionar relevantes informações de toda a população.

Assim, será realizada uma análise de dados, de forma quantitativa, mostrando uma comparação entre esses dois públicos de pessoas com deficiência auditiva referente aos acessos a essas obras audiovisuais, identificando assim, quais as dificuldades apresentadas e em seguida apresentando soluções plausíveis para ajudar essas pessoas.

REFERÊNCIAS

FARACHE, Ana (Org.), TAVARES, Liliana, RODRIGUES, Túlio, OLIVEIRA, VASCONCELOS, Alessandro, PINTO, Rogério, ROMERO-FRESCO, Pablo. Alumiar: Uma experiência de cinema acessível, pg. 84, 2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, Rafael Emil, Korossy. A Produção Audiovisual no Contexto da Surdez: Discutindo parâmetros e consultoria. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN, p. 140, 2020.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, Valéria Juliana de. Percepções do Público Surdo Sobre a Acessibilidade no Cinema. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas-SP, p. 70, 2015.

PFEIFER, Paula. Crônicas da Surdez. Editora Plexus, pg. 148, 2013.

PFEIFER, Paula. Novas Crônicas da Surdez: Epifanias Do implante coclear. Editora Plexus, pg. 150, 2015.

PFEIFER, Paula. Crônicas da Surdez. Blog de Internet.

ZANDONADE, Vanessa, FAGUNDES, Maria Cristina, de Jesus. O vídeo documentário como instrumento de mobilização social. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - SP, pg. 26, 2003.

---

[1]Algumas frases em Primeira pessoa neste capítulo, refere-se ao relato pessoal da estudante desta pesquisa.